

Mulher, cidades e habitações

Edenilse Pellegrini da Rosa¹

Resumo: Este artigo apresenta parte das observações feitas durante a pesquisa para a realização da dissertação de mestrado intitulada: *Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres*¹. Tal pesquisa refere-se à participação feminina num projeto de habitação de um bairro de Florianópolis, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo deste texto é questionar os projetos habitacionais e os planejamentos urbanos por desconsiderarem as diferenças de gênero no uso das cidades e das casas e por contribuírem com a manutenção de sociedades androcêntricas. Entender como a mulher faz uso da casa e do bairro nos dá importantes pistas para se pensar na construção de um novo modelo de cidade.

Palavras-chave: mulher; diferenças de gênero; modelo de cidade; projetos habitacionais.

Introdução

É fato a dicotomia cultivada entre ‘masculino’ e ‘feminino’ na manutenção e reprodução das relações de gênero. A mesma pode ser percebida inclusive na utilização ou ocupação dos espaços sociais de diferentes formas. O estudo sobre o significado da casa para a mulher e a forma de como o espaço é utilizado por esta exemplifica a existência dessas diferenças.

Para Giddens (2005), mesmo que haja diferenças e variações dos papéis de homens e mulheres nas diferentes culturas, nenhuma delas é conhecida em que são as mulheres as mais influentes. Além disso, a divisão do trabalho que coloca as mulheres como as responsáveis pelos filhos e pelo trabalho doméstico e os homens pelo trabalho produtivo dá a estes maior poder, prestígio e riqueza.

O gênero masculino e o gênero feminino percebem o mundo de formas diferentes e atuam nele diversamente o que pressupõe desigualdades quanto à distribuição de poder. Assim, o gênero está implicado na concepção e na construção do próprio poder. Na interpretação de Louro (1995), tal análise abre espaço para se pensar a dinâmica social, pois sugere que o gênero pode provocar novas questões e novas respostas podem ser dadas a velhas questões, colocando como ativos e visíveis sujeitos historicamente escondidos nas análises mais tradicionais. Dessa forma, entende-se que é possível pensar na construção de

¹ Formada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: edenilse@gmail.com.

novas relações e de novas percepções, ou seja, pode-se pensar na possibilidade de um novo mundo.

A partir dessa constatação, entende-se que as políticas habitacionais, o planejamento urbano e a compreensão dos espaços de habitação e de serviços urbanos devem ser pensados de uma forma que beneficie ambos os sexos. Sendo que, a categoria de gênero nos fornece o aporte conceitual necessário para se questionar as formas pelas quais são concebidas tais políticas.

Neste ponto pergunta-se sobre que modelo de cidade poderia diminuir a injustiça social e atender as demandas de gênero? Ou melhor, ao se pensar em planejamento urbano, nos serviços oferecidos, nos espaços públicos e privados, nos projetos habitacionais, dentre outros, que aspectos devem ser avaliados a fim de considerar também as necessidades femininas?

Cidades e sociedades androcêntricas: Qual o espaço das mulheres?

A cidade surgiu aproximadamente há dez séculos, como uma das inovações mais importantes da Idade Média. Nesta época, as pessoas passaram a viver em casasⁱⁱ. A casa medieval tinha uso habitacional e produtivo além de ser considerada um local público. Nela homens e mulheres, parentes e trabalhadores, dormiam separados pelo sexoⁱⁱⁱ.

Nesta época, segundo Rossi (2006)^{iv}, a vida das mulheres em idade fértil era árdua devido à pobreza, aos invernos intensos, ao trabalho pesado, a uma série contínua de gravidezes e a conseqüente mortalidade precoce. Além da casa medieval ter um caráter público, o casamento cristão fundava-se em um contrato desigual, no qual a mulher era obrigada a cumprir funções na segregação doméstica. O poder político e organizativo da sociedade pousava exclusivamente em mãos masculinas.

No final da Idade Média, no século XVII, com o surgimento de novas profissões como construtores, advogados, escrivãos e funcionários públicos, surgiram também edifícios exclusivamente residenciais. Assim, a vida doméstica foi se modificando e a casa foi se transformando em um lugar privado. A partir do século XVIII, a sociedade burguesa dividiu-se entre a esfera pública e a esfera privada, ficando a mulher restrita ao espaço privado da casa^v.

No século XIX e início do século XX, com a revolução industrial e instalação de fábricas, as cidades passaram por intensas transformações e profundas desigualdades sociais. As mulheres, por sua vez, passaram a experimentar uma nova fase surgida com as lutas do

movimento feminista pela igualdade entre os sexos^{vi}. Nesta mesma época, como resultado das lutas do movimento feminista, surgiram edifícios residenciais projetados por mulheres e para mulheres^{vii}. Esses projetos residenciais voltados a atender as demandas femininas se confundiam com as próprias concepções ideológicas do movimento.

Foi somente a partir dos anos de 1960 - século XX - com o surgimento do novo movimento feminista^{viii} que a luta pelos direitos baseou-se numa maior conscientização da necessidade de mudanças de comportamento (Rossi, 2006). O movimento feminista conseguiu mobilizar a atenção de diversos países para as desigualdades de gênero promovendo discussões e pleiteando acordos políticos que garantissem os direitos das mulheres.

Nos anos 70 surgiram, na Europa e nos Estados Unidos, vários centros feministas que pouco a pouco foram colocando suas idéias em prática e reivindicando direitos ainda pendentes. As reivindicações do movimento feminista resultaram também do conflito existente na vida das mulheres, nestas conciliarem entre trabalho e maternidade^{ix}. Assim, nos anos 1980, a Alemanha, a Holanda e o Canadá, passaram a estudar as demandas de espaço a partir da perspectiva feminina, uma vez que havia procura por habitações para mulheres que trabalhavam fora, para mulheres chefes de família e sua prole e para mulheres idosas que viviam sozinhas (Rossi, 2006).

Já a década de 1990, segundo Alvarez (1998), foi marcada pelo alargamento das discussões sobre as questões de gênero. Os Estados/governos passaram a promover e monitorar programas e políticas públicas com perspectivas de gênero^x.

A incorporação da categoria gênero nas políticas públicas permite um melhor entendimento das necessidades de homens e mulheres e conseqüentemente melhores condições de atendê-las. Assim, considerar questões de gênero possibilita um entendimento mais abrangente e complexo sobre como a sociedade é estruturada.

Além disso, a participação da mulher no espaço público exige do Estado uma contrapartida em relação à criação e manutenção de uma infra-estrutura de acesso com qualidade a creches, escolas, saúde e habitação. A disponibilização de tais serviços atua como suporte nas tarefas cotidianas, principalmente entre as mulheres pobres que precisam garantir o sustento da família. Sobretudo, num país como o Brasil em que as mulheres, segundo dados do IBGE (2002) já são responsáveis por 24,9% dos domicílios. Porto Alegre é a capital que mais tem mulheres morando sozinhas, seguida por Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com base nesse dado pode-se dizer que, atualmente, vivem-se em cidades e sociedades contemporâneas caracterizadas por mudanças no comportamento humano, na estrutura econômica mundial e por políticas globalizadas. Mesmo assim com todos os avanços comentados anteriormente sobre a discussão e incorporação de gênero nas políticas, Marques (1996) ressalta que há uma percepção de que a cidade ainda não é pensada para as mulheres e as crianças; que as políticas públicas pouco contemplam as diferenças de gênero; e que a cidadania é algo ainda a ser conquistado, principalmente entre as classes mais pobres.

Outro fator envolvido é a contradição existente na sociedade brasileira, caracterizada por um cenário que reflete tanto grande concentração de riqueza, como grande desigualdade social. É uma cidade contemporânea que apresenta um tecido urbano fragmentado, marcado por espaços de insegurança, violência e baixa qualidade de vida. Nesta cidade co-existem espaços formais e informais e as pessoas que mais sofrem com essa relação conflituosa são as mulheres em situação de pobreza, seus filhos e os idosos.

Portanto, já é tempo de surgirem políticos, planejadores, profissionais engenheiros e arquitetos com uma nova percepção sobre as cidades, em especial sob a ótica de gênero e com novas propostas para a construção de moradias pensadas a fim de contemplar também as necessidades femininas. Assim, o restante deste artigo traz algumas percepções de como a mulher constrói suas relações no seu bairro/cidade e dentro de sua casa. Acredita-se que a percepção de como a mulher constrói e usa esses espaços auxilie na análise e planejamento de um modelo urbano que atenda as diferenças de gênero.

A percepção sobre o uso do bairro e cidade pela mulher como parâmetro para a construção de um novo modelo urbano

Na construção de um modelo de cidade que atenda as perspectivas e diferenças de gênero as implicações envolvidas vão bem além das econômicas. O acesso aos bens e serviços urbanos é essencial, mas uma questão que chama a atenção é a do espaço em relação ao gênero. “El espacio afecta y, em cierta medida, llega a moldar la vida de las personas” (ROSSI, 2006, p. 32).

Ao analisar o uso que as mulheres fazem do espaço da casa e da cidade percebe-se que são muitos os aspectos que influenciam suas vidas. O fato de estarem solteiras, casadas, com filhos e sem marido, idosas, doentes, as relações com o trabalho, com a renda, com a educação e a saúde dos filhos, com o deslocamento no espaço urbano, com a segurança nos espaços públicos e privados, além de outras, são situações que influenciam diretamente sobre

a forma de pensar, viver e agir das mulheres. Enquanto a maioria dos homens se desloca dentro das cidades percorrendo trajetos lineares, geralmente da casa para o trabalho e do trabalho para casa, as mulheres, a fim de realizarem todas as tarefas da dupla ou tripla jornada de trabalho, se deslocam em trajetos que formam redes.

Sabe-se que o cotidiano feminino é preenchido por atividades ligadas aos papéis sexuais que resultam no acúmulo de responsabilidades. Está-se a considerar os diferentes papéis de gênero e pressupondo que é a mulher a responsável pela casa, pelos filhos, pela alimentação e pela saúde da família. A partir disso diversos fatores devem ser considerados e podem ser pensados primeiramente em nível de bairros, como: a) espaços que permitam diferentes usos; b) transporte público; c) áreas de entretenimento e lazer; d) segurança e; e) mobilidade.

Rossi (2006) afirma que uma casa e um trabalho adequados são necessidades básicas para a vida humana. Um bom modelo urbano, além de assegurar emprego com salário digno deve possibilitar, principalmente às mulheres, uma proximidade entre casa e local de trabalho, instituições de ensino e de saúde, estabelecimentos comerciais, assim como oportunidades de lazer. Em outras palavras, o que a autora pressupõe em sua análise é que o bairro deve ser auto-suficiente para que as pessoas façam deslocamentos maiores com a menor frequência possível.

Diante da combinação entre afazeres domésticos, cuidados com os filhos e trabalho fora de casa, o deslocamento entre esses espaços é fundamental. Distâncias maiores exigem um transporte público acessível e de qualidade. O ideal é que dentro do bairro os espaços sejam percorridos a pé ou de bicicleta, o que pressupõe novamente, que a distância entre as residências e as instituições/estabelecimentos seja pequena.

Um novo modelo urbano não deveria privilegiar o automóvel individual, este deveria permanecer fora do ambiente de moradia. Esta é uma situação mais complicada, segundo Ricardo Ojima (2007) há uma tendência crescente do uso individualizado do automóvel. Em áreas onde a população está muito espalhada (longe um bairro do outro, por exemplo), o que acontece é que, entre outras coisas, o investimento em transporte público torna-se economicamente inviável ou para as empresas de transporte, que não teriam a margem de lucro desejada ou para a população, que teria que pagar na passagem um valor excessivo, incentivando assim o uso individualizado de transporte.

Já na pesquisa por nós realizada, o automóvel é percebido pela população, em situação de pobreza, como um símbolo de ascensão social. A ausência de garagens no referido

projeto de habitação foi motivo de reclamação tanto entre os que possuíam o carro quanto entre os que não o possuíam, mas que esperavam um dia comprá-lo.

Por outro lado, tem-se que o uso de automóveis privados dentro dos bairros aumenta a poluição sonora e o índice de emissão de gases poluentes. Quanto maior o tráfego maior a insegurança da população pelos riscos de atropelamento, principalmente entre crianças e idosos. Rossi (2006) afirma que quanto maior o espaço ocupado pelas ruas e o tráfego dos automóveis menor é o espaço territorial das casas e o espaço disponível para andar a pé ou passear. Nessas condições, o espaço disponível para praças e áreas de lazer fica prejudicado, dificultando o acesso das mulheres, crianças e idosos. Sendo que a disponibilidade de espaços públicos, de lazer deve ser valorizada num novo modelo de cidade.

No momento do planejamento da área e da infra-estrutura urbana, a localização da área habitacional, que se muito distante, impede que a mulher trabalhe fora, uma vez que é dela a responsabilidade pela esfera doméstica e não tem tempo para passar horas viajando de casa para o trabalho e vice versa. Além disso, o planejamento de transporte, que deve considerar as responsabilidades da mulher referente à produção, reprodução e trabalho nas comunidades onde suas viagens não são as mesmas dos homens. Se possível, a casa deve ter espaço apropriado para atividades de geração de renda, além de garantir abrigo e privacidade para a família.

A relação que a mulher tem com o bairro e com as pessoas também deve ser considerada. Tradicionalmente a mulher foi socializada para desenvolver trabalhos relacionados à assistência e aos cuidados para com os outros. Sendo que, segundo Thereza Montenegro (2003), suas habilidades com o cuidado realizadas no espaço privado da família são transferidas para o âmbito da comunidade e das profissões que exercem. Gilligan (1982), em sua análise na área da psicologia do desenvolvimento, propõe que existem diferenças entre os gêneros sobre a questão da moral. Afirma que as mulheres tendem a focalizar a moral dentro da noção de cuidado, enquanto os homens, na de justiça. As mulheres são conduzidas por um princípio moral distinto que tende a priorizar o outro, indo além do princípio de justiça.

As atividades das mulheres também permitem consolidar as comunidades. Para Carrasco (2005), as mulheres estendem o objetivo do trabalho doméstico e do cuidado com as vidas humanas para o âmbito das comunidades, através do trabalho voluntário que a autora chama de “trabalho de participação cidadã”. Mas essa transferência não acontece de forma tranquila. As mulheres enfrentam a resistência do marido em relação ao seu envolvimento com as coisas e as pessoas do bairro, além disso, a sua participação nas tarefas de cuidado dos

outros moradores e do bairro resulta em acúmulo de atividades e responsabilidades. A entrevista que segue demonstra a dificuldade de conciliação entre as atividades domésticas, trabalho fora de casa, educação dos filhos e envolvimento com trabalhos comunitários.

Meu marido, ele cumpre as 8 horas do serviço dele, ele vem pra casa, pega e vai com meu cunhado tomá um chimarrão e é essa a preocupação dele e pronto! Chega no final do mês pega o dinheiro e me dá, a gente paga as contas e pronto! Mas que nem no meu caso, eu também trabalho fora, eu sempre tô com as mulheres que a preocupação delas acaba sendo da gente também, eu tenho 5 filhos, daí a gente tem o programa dos filhos no colégio, mesmo que seja na rua com os filhos. Em casa tu trabalha, tu faz isso, passa, lava, cozinha e cuida até do cachorro, quer dizer, e daí sai, vai num projeto e ele reclama que demorou, porque “o que tu qué lá, que não tem nada a ver contigo”, então tem essas coisas assim. Então a mulher é capaz de trabalhá fora, cuidá do filho, sabê o que tá acontecendo com ele na rua, com os amigo dele no colégio, dentro de casa tudo é com a mulher, e se acontece alguma coisa com teu filho ou com tua filha você é culpada, o marido nunca é culpado. Se a filha vira puta, a mulher é culpada, se o filho matou, roubou, a mulher é culpada, a culpa é tua, porque ele diz que ele tava lá trabalhando e você tava fazendo o quê? Mas a verdade é que a gente trabalha também, tem compromisso com o patrão e não é só com o patrão, é com um, é com o outro, é na comunidade, é isso, é aquilo, é dentro de casa, lava cozinha, passa, chega, o almoço tem que tá pronto, tira a louça, lava a louça, guarda, lava roupa e mais isso, vai no colégio, o filho teve um problema, tu tem que tá lá resolvendo, deu com outro, quer dizê então tem essa parte. (Moradora).

A capacidade da mulher de realização simultânea de diversas atividades, sejam elas remuneradas ou não, também está presente nesta última fala. Elas articulam entre o emprego, o trabalho doméstico e o trabalho de participação cidadã. Entendem-se responsáveis tanto pelo o que acontece dentro de suas casas, com os membros de sua família, quanto pelo o que acontece no bairro, pois o espaço da rua é primordial para a construção das redes de solidariedade, da cidadania e das relações sociais constituintes dos indivíduos.

A mulher surge com o papel não só de reivindicar os serviços urbanos para os moradores do bairro como projetos de apoio educativo para as crianças, creches, escolas, mas de apoiar esses serviços trabalhando em prol de seu desenvolvimento e fiscalizando seu funcionamento.

A gente sabe as normas de segurança, por exemplo, de como funciona a cozinha da creche, então se a gente é da comunidade, a gente tá aqui e tá vendo, então a gente tá chamando a atenção, a gente tá levando esses problemas, porque a gente quer aquele problema resolvido, mas daí a gente passa a ser um problema pra eles [poder municipal], porque a gente tá exigindo que aquilo ali se resolva. (Moradora).

As mulheres acreditam na importância de cada serviço, de cada projeto que é realizado dentro do bairro e percebem a importância de estarem envolvidas voluntariamente para

garantir a qualidade do mesmo e o bem-estar das crianças. Assim considera-se que os horários de funcionamento dos postos de saúde, das escolas e creches, dos estabelecimentos comerciais, a adaptação do transporte público para mulheres e crianças, a boa iluminação noturna, são mecanismos que precisam ser repensados e adaptados a partir de uma concepção de gênero.

A segurança e a mobilidade dentro do bairro devem ser garantidos. Os espaços dos atuais bairros e cidades tornaram-se inseguros e perigosos para as mulheres. Terrenos vazios, condomínio fechados com muros altos, longos trechos com espaços comerciais são exemplos de construções e planejamentos que tornam a rua vazia e perigosa, principalmente à noite. Terrenos vazios servem como ponto de distribuição e consumo de drogas, prostituição, violência, acúmulo de lixo, proliferação de ratos, cobras e doenças. Além disso, outro fator que dificulta a segurança e limita a mobilidade são os territórios de moradia de traficantes e de comércio de drogas.

Além dos pontos apresentados entende-se que a preocupação com as questões ambientais como, por exemplo, a arborização dos espaços e o uso racional dos recursos naturais são fundamentais num novo modelo urbano. A captação da água da chuva para uso secundário (como na limpeza, na descarga dos banheiros, nas plantas, etc.) e o aproveitamento da energia solar, para aquecimento da água do chuveiro e das torneiras além de ser uma questão necessária ainda auxilia na diminuição dos custos com o uso de água e de energia, facilitando a vida das pessoas.

Função social e significado da casa

O que torna a moradia uma condição básica à existência humana é a sua função social de abrigo. Esta função também possui um aspecto psicossocial. “No desenvolvimento do indivíduo, a família tem uma função estruturante e a qualidade da moradia é uma das variáveis significativas em seu processo de desenvolvimento”. (IPPUR/UFRJ, 2001). O acesso ao chão é fundamental para que o indivíduo não sofra ameaças de despejos ou remoções forçadas e é um elemento básico do direito à moradia. Ainda para o IPPUR (2001), a habitação é um elemento básico, é um mínimo social, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou desenvolver suas capacidades. Dessa forma, a habitação passa a ser um direito básico de cidadania.

Como direito, a moradia é um bem que favorece o acesso a outros bens, como saúde, educação, trabalho, transporte, cultura e lazer. Deve estar integrada à cidade e aos serviços públicos. Para Rossi (2006), a habitação urbana não se restringe a habitação em si, mas a infra-estrutura básica (água, saneamento, drenagem, iluminação), a mobilidade (transporte coletivo e acesso a postos de trabalho) e aos serviços essenciais (escolas, unidade de saúde, comércio e lazer).

Dentro deste quadro cabe estabelecer o que seria uma moradia adequada dentro dos padrões de normalidade. A Conferência Habitat II, realizada em 1996 em Istambul e citada no documento do IPPUR/UFRJ (2001), diz que uma moradia sadia deve garantir segurança, privacidade, ser construída em espaço adequado e acessível com infra-estrutura básica, com fornecimento de água, energia e saneamento e com disponibilidade de uso de serviços públicos como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo. Além disso, deve incluir a garantia de posse, durabilidade e estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação.

Uma moradia adequada corresponde ao direito de viver com segurança, paz e dignidade. Tem como componentes essenciais: a segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços de infra-estrutura; custo acessível da moradia; habitabilidade; acessibilidade; localização; e adequação cultural (SAULE JÚNIOR e CARDOSO, 2005). Esta última, refere-se ao respeito à diversidade cultural e aos padrões habitacionais advindos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais.

Analisando o elemento cultural, percebe-se os equívocos do modelo padronizado defendido pelos planejadores de projetos habitacionais, que imprimem na estrutura urbana e nas moradias um modo de vida não condizente com a situação dos moradores por não considerar seus usos e costumes. Zaluar (1994), lembra que “as classes sociais são compostas de indivíduos” e que é o respeito aos indivíduos que garante o sucesso de um projeto habitacional.

A padronização dos projetos de habitação para pessoas de baixa renda dificulta a inserção social, a apropriação espacial e a fixação das famílias em seu local de moradia. A insatisfação em relação aos projetos habitacionais dá-se pelo não atendimento às necessidades dos moradores. Estes, por sua vez, migram de bairro em bairro até encontrarem um lugar onde fixar raízes e fazer história. Os projetos devem adequar-se à população levando em conta não somente o atendimento das necessidades humanas mínimas de segurança e higiene, mas também suas necessidades sociais vinculadas às características familiares, suas habilidades e potencialidades.

Essa adequação passa pela flexibilização do projeto, ou seja, é a capacidade da casa se adequar a um leque diversificado de necessidades familiares. Em que cada família possa transformá-la da melhor forma para que a moradia atenda aos eventos que constituem o cotidiano dos indivíduos, articulando trabalho, lazer, descanso e interação familiar (SZÜCS, 2000). Dentre as necessidades expostas também destacamos as de gênero.

A arquitetura da casa deve possuir a flexibilidade necessária para adequar-se às necessidades de todos(as). O espaço deve permitir a recriação física dos ambientes, ampliação e transformações que possibilitem aos moradores recriarem seu mundo simbólico.

Assim, Szücs (2000) ressalta que a casa reflete a cultura de seu morador e os elementos arquitetônicos devem estar em harmonia com as necessidades desse mesmo morador. A inexistência ou mau provimento desses elementos prejudicam as atividades domésticas e acabam por exigir um esforço ainda maior das mulheres no desempenho de suas atividades. Entende-se a dificuldade existente para tornar compatível a necessária padronização do projeto de habitação com a desejada flexibilidade de soluções que permitam às famílias a satisfação de suas necessidades. Entretanto, se os profissionais dos projetos mostrarem-se sensíveis às necessidades dos usuários e preocupados com a qualidade de vida urbana é possível articular entre os recursos mínimos disponibilizados em programa habitacionais e os anseios das populações moradoras, incorporando às habitações importantes atributos que garantam sua função social.

Segundo as observações em campo, a casa tem maior importância para as mulheres do que para os homens, devido aos seus papéis sociais de responsabilidade pela reprodução familiar. É comum, nas populações em situação de pobreza, uma maior mobilidade do homem que se torna mais ausente do lar por situações ligadas ao trabalho, abandono familiar como também por situações ligadas às prisões, mortes e ameaças pelo envolvimento com o tráfico e consumo de drogas. Assim, na ausência masculina, são as mulheres que carregam a responsabilidade pelo sustento familiar e educação dos filhos, sendo a casa um espaço de segurança e abrigo onde ocorrem as relações de reprodução familiar material e simbólica, características de cada cultura.

Dessa forma, entende-se que a mulher de baixa renda utiliza a casa como ferramenta e suporte para o sustento familiar. Realiza o trabalho doméstico ligado à limpeza e arrumação da casa, à produção de alimentos, ao desenvolvimento de tarefas que lhe produzam alguma renda e, ao mesmo tempo, cuida dos filhos, sendo que estes precisam estar num espaço seguro e agradável sem fugir-lhes aos olhos.

Em pesquisas realizadas^{xi} perguntou-se às mulheres sobre o significado de suas moradias. Algumas respostas traduziram a casa como um porto seguro, outras como a realização de um sonho. Em síntese é possível afirmar, através da análise do material empírico, que a obtenção de uma casa trás consigo a esperança de uma vida nova, de melhorias. Representa uma conquista e um abrigo que ficará de herança para os filhos, estes a maior preocupação e sentido na vida das mulheres.

Para as mulheres, os espaços mais importantes da casa são a cozinha e a sala. A cozinha é o local de preparo dos alimentos sendo privilegiado para a construção das relações familiares. Já a sala adquire um aspecto de vitrine enfeitada, onde é exposta uma combinação de objetos com significados históricos ou referentes aos gostos dos moradores, à identidade como fotografias, flores de plástico, certificados de cursos realizados, bibelôs, troféus, medalhas, imagens religiosas, assim como objetos que traduzem o poder aquisitivo da família como a televisão e o DVD. Pode-se dizer que a sala apresenta o que a família tem e o que ela é, as medalhas, os certificados e os troféus representam suas vitórias, seu conhecimento, sua capacidade.

Ainda em relação ao significado da casa, percebe-se que o espaço da moradia é um lugar de controle da mulher e, portanto, um lugar de poder feminino. A casa é o espaço primeiro de atuação da mulher, que mais tarde transfere essa atuação para os espaços públicos do bairro, sendo que este fator deve ser considerado pelos projetos habitacionais.

No projeto de habitação por nós estudado foi comum a intervenção feminina durante sua elaboração para reivindicação por interesses que num primeiro momento pareceram particulares e pontuais, como coisas do cotidiano e coisas relacionadas à casa. No entanto, a reação das mulheres ao projeto de habitação, mesmo sem ter clareza sobre a abrangência de suas ações, questionou todo um modelo de decisão tecnocrático que é masculino e autoritário. Ao colocarem suas reivindicações, elas mostraram um lado que não é de ausência, mas de presença. Exerceram um papel de contestação à falta de democracia, ao desprezo que sempre receberam e à visão que o poder público tem dos pobres. Essa contestação esbarra nos fortes pilares que sustentam a imagem das mulheres em situação de pobreza como ausentes dos espaços de participação e decisão e desconsideram seus saberes, fazendo tábula rasa das suas experiências de vida. Além disso, a reivindicação de coisas do cotidiano é o princípio da conquista da cidadania e um ensaio à organização popular.

Já para os planejadores urbanos e profissionais relacionados aos projetos habitacionais, entender a forma de como a mulher percebe sua casa, seu bairro e como usa

esses espaços na construção de suas relações cotidianas oferece respostas ao tipo de cidade que possa atender às necessidades e às diferenças de cada gênero.

Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, Sonia. 1998. **Feminismos latinoamericanos**. REF, n. 2, p. 265/284.
- BITENCOURT, Silvana Maria. Mulheres e ciência: uma relação de neutralidade axiológica: IN: Desafios Antropológicos. **VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul**. (CD ROM – ISSN 1981 – 7088). Porto Alegre, 2007.
- CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. **Revista proposta** - trimestral de debates da FASE. São Paulo. Jan/Mai, 2005. Espana: Consejo Económico y Social, 2004.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GILLIGAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1982.
- IBGE. 2002. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil, 2000**. Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID, v. 1. **Política Municipal de Habitação: Orientações para Formulação e Implementação**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/RJ, agosto de 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. In: **Educação e Realidade**, V 20(2), jul/dez, Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.
- MACHADO, Leda Maria Vieira. **A Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.
- MARQUES, Siomara A. **Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania**. 1996, 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 out. 2006.
- OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 24, n. 2, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000200007&lng=pt&nrm=iso

Acesso em: 13 Maio 2008.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Fpolis, 2007.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **A mulher da Região Chico Mendes**. Pesquisa desenvolvida para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Programa Habitar Brasil BID. Fpolis, 2007.

ROSSI, Ângela M. G. 2006. Gênero, viviendas urbanas y usos de la ciudad. IN: MOLINA, Irene (ed.). **Rompiendo barreras**. Santiago de Chile: Ediciones El Tecer Actor, p. 23/39.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Direito à Moradia no Brasil**: Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, v 20(2), Porto Alegre: FE – UFRGS, jul./dez. 1995.

SZÜCS, Carolina P. Recomendações e alternativas para novos projetos de habitação popular a partir da avaliação das interações entre usuário e moradia. IN: PEREIRA, F. O. R. & KREMER, A. (Editores): **Características da habitação de interesse social na região de Florianópolis**: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. FINEP-Habitar/BID, CD-ROM, Florianópolis/SC, 2000.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>

Acesso em: 27 out. 2006.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

Notas de rodapé

ⁱ ROSA, Edenilse Pellegrini da. Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 2007.

ⁱⁱ As cidades livres eram habitadas por pessoas que se distinguiam do resto da sociedade feudal, eclesiástica ou agrícola. A aristocracia vivia em castelos, o sacerdote vivia em monastérios, o servo viva numa caixinha (casilla) e o comerciante e o artesão viviam em uma casa. Por isso as casas comportavam as funções de habitação e de produção (Rybczynski, 2002 *apud* Rossi, 2006, p. 27).

ⁱⁱⁱ Rybczynski, 2002 *apud* Rossi, 2006, p. 27.

^{iv} Ângela María Gabriella Rossi em seu texto intitulado *Gênero, viviendas urbanas y usos de la ciudad*, publicado em 2006 em Santiago do Chile, apresenta um estudo sobre as habitações urbanas a partir da perspectiva de gênero. Nele a autora ressalta o acesso das mulheres brasileiras de camadas médias e populares à habitação e aos serviços urbanos e a necessidade de se pensar num modelo habitacional urbano que facilite o desempenho das atividades cotidianas femininas. Rossi realizou pesquisa no Instituto de Urbanismo da Universidade de Stuttgart, na Alemanha e atualmente é professora adjunta da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^v Rybczynski, 2002 *apud* Rossi, 2006, p. 27.

^{vi} O movimento feminista burguês lutava pelo direito ao trabalho, ao voto e ao acesso em universidades. O movimento feminista proletário lutava pela igualdade de direitos, pela seguridade social e por oportunidades dentro do campo trabalhista.

^{vii} Ver Rossi (2006, p. 28/31).

^{viii} O novo movimento feminista ou segunda onda do movimento feminista é relativa à discussão do feminismo dentro dos novos movimentos sociais questionando e promovendo a construção do sujeito mulher. A primeira onda do movimento feminista pautou-se no discurso da igualdade através da luta pelo sufrágio e da educação para mulheres.

^{ix} Discussões recentes ver em: BITENCOURT, Silvana Maria. Mulheres e ciência: uma relação de neutralidade axiológica. IN: Desafios Antropológicos. VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul. (CD ROM – ISSN 1981 – 7088). Porto Alegre, 2007.

^x Mesmo que a incorporação de gênero no processo de formulação de políticas públicas tenha se dado por razões pragmáticas - os bancos multilaterais (Banco Mundial, BID, BIRD) passaram a exigir dos governos ações de inserção da mulher ao desenvolvimento forçando os mesmos a iniciar um processo de incorporação de gênero nos programas e políticas governamentais - os resultados são positivos, pois se criou um mecanismo promotor de ações mais eficazes para o desenvolvimento humano e social das mulheres.

^{xi} ROSA, Edenilse Pellegrini da. Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Fpolis, 2007; ROSA, Edenilse Pellegrini da. A mulher da Região Chico Mendes. Pesquisa desenvolvida para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Programa Habitar Brasil BID. Fpolis, 2007.